



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PIRACICABA

**PORTARIA n. 14.0723.0001006/2018-3**

O **PROMOTOR DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DE PIRACICABA**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigo 91, *caput*, da Constituição do Estado de São Paulo; artigos 1º, *caput*, e 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigo 1º, inciso VIII, da Lei n. 7.347/1985; artigo 295, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n. 734/1993; Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e Ato Normativo n. 484-CPJ, de 5 de outubro de 2006, e

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público, nos termos do artigo 1º, inciso VIII, da Lei n. 7.347/1985 e da Súmula 329 do Superior Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil instituído pela Lei n. 7.347/1985 é o meio procedimental adequado para a coleta de elementos probatórios destinados a instruir eventual ação civil pública;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, a Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PIRACICABA

**CONSIDERANDO** a representação apresentada por Observatório Social de Piracicaba, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 26.368.736/0001-00, noticiando que: a) a Prefeitura de Piracicaba publicou o edital de Pregão Eletrônico n. 30/2018, cujo objeto é o registro de preço para fornecimento parcelado de colchonete, com valor estimado de R\$ 640.500,00 e validade da ata de registro de preços por 12 meses; b) o preço médio unitário apurado foi de R\$ 213,50; c) ocorre que em pesquisas na rede mundial de computadores apurou-se valores muito aquém do preço médio unitário apresentado pelos licitantes; d) o Município de Itatiba (SP) também adquiriu o mesmo produto da empresa Parflex Indústria e Comércio de Colchões Ltda. pelo preço unitário de R\$ 49,80 em 29 de setembro de 2017. Esta mesma empresa, seis meses após, apresentou em Piracicaba o preço de R\$ 210,00; e) a Prefeitura de Piracicaba publicou o edital de Pregão Eletrônico n. 167/2017, cujo objeto é o registro de preço para fornecimento parcelado de colchonete, com valor estimado de R\$ 162.555,00 e validade da ata de registro de preços por 12 meses. A proposta vencedora foi da empresa Jean Carlos Moraes ME ao preço unitário de R\$ 189,00; f) a Prefeitura de Piracicaba publicou o edital de Pregão Eletrônico n. 239/2017, cujo objeto é o registro de preço para fornecimento parcelado de colchonete, com valor estimado de R\$ 64.705,00 e validade da ata de registro de preços por 12 meses. A proposta vencedora foi da empresa Comercial Nível e Prumo Ltda. ao preço unitário de R\$ 74,00;

**CONSIDERANDO** que a conduta dos agentes públicos e dos terceiros partícipes ou beneficiários caracteriza, em tese, ato ímprobo, nos termos da Lei n. 8.429/1992,

**RESOLVE** instaurar **INQUÉRITO CIVIL** para apurar eventual superfaturamento nos Pregões Eletrônicos n. 30/2018, 167/2017 e 239/2017 e, para tanto, determina as seguintes diligências:

- 1) Autue-se esta com os inclusos documentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PIRACICABA

2) Nomeio para secretariar os trabalhos a Oficial de Promotoria I Sandra Regina Toniolo Domingues, com fundamento no artigo 33 do Ato Normativo n. 484-CPJ, de 5 de outubro de 2006.

3) Inclua-se a Portaria no SIS-MP-INTEGRADO, observando-se o Ato Normativo n. 667/2010-PGJ-CGMP.

4) Oficie-se ao Prefeito de Piracicaba, com cópia desta Portaria, da representação e dos documentos, para: a) prestar informação sobre o alegado superfaturamento nos Pregões Eletrônicos n. 30/2018, 167/2017 e 239/2017; b) informar o nome e o cargo do funcionário responsável pela pesquisa de preços e remeter cópia integral em mídia digital, formato PDF, do respectivo prontuário; c) remeter cópia integral em mídia digital, formato PDF, do Pregões Eletrônicos n. 30/2018, 167/2017 e 239/2017. Prazo: 30 dias.

5) Oficie-se ao Delegado Seccional de Polícia de Piracicaba requisitando a instauração de Inquérito Policial para apuração do crime previsto no art. 96, inciso I, da Lei n. 8.666/1993 relativo aos Pregões Eletrônicos n. 30/2018, 167/2017 e 239/2017, colhendo-se o depoimento dos representantes legais das empresas que participaram das licitações, do funcionário responsável pela confecção dos orçamentos, do Pregoeiro e dos membros da Equipe de Apoio.

6) Oficie-se ao representante, com cópia desta Portaria, dando-lhe ciência da instauração do Inquérito Civil.

Piracicaba, 20 de março de 2018

**JOÃO CARLOS DE AZEVEDO CAMARGO**  
8º Promotor de Justiça de Piracicaba